

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS 27

1.	Introdução aos direitos humanos.....	27
2.	Conceito e conteúdo dos direitos humanos.....	28
2.1.	Conceito tradicional e concepções contemporâneas	28
2.2.	Conteúdo dos direitos humanos e o “direito a ter direitos” de Hannah Arendt....	30
2.3.	Terminologia.....	32
3.	Dignidade da pessoa humana.....	35
3.1.	Previsão Normativa.....	35
3.2.	Da dignidade da espécie até a dignidade da pessoa humana.....	36
3.3.	Funções da dignidade da pessoa humana	38
3.4.	Conteúdo da dignidade da pessoa humana	39
4.	Especificidades dos direitos humanos.....	40
4.1.	Centralidade dos direitos humanos.....	40
4.2.	Função contramajoritária	41
4.3.	Superioridade normativa.....	43
4.3.1.	Obrigações erga omnes, normas de jus cogens e casos de <i>soft law</i>	43
4.3.2.	Proibição do uso ilegítimo da força, agressão e da guerra de conquista	45
4.3.3.	Princípio da autodeterminação dos povos	45
4.3.4.	Normas cogentes de direitos humanos	46
4.4.	Abertura dos direitos humanos	47
4.5.	Proibição de retrocesso	48
5.	Estrutura dos direitos humanos: entre os princípios e regras.....	49
6.	Resumo do capítulo.....	51

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS 55

1.	Introdução.....	55
2.	Idade antiga	56
2.1.	Período Axial.....	56
2.2.	Visão Grega.....	57

2.3.	Democracia Ateniense	58
2.4.	República Romana.....	59
2.4.1.	Lei das doze tábuas.....	59
2.5.	Influências do Cristianismo	60
3.	Idade média	60
3.1.	Igreja Católica.....	61
3.2.	Início da concentração do poder no Estado.....	61
3.2.1.	Magna Carta de 1215.....	61
4.	Idade moderna.....	63
4.1.	Absolutismo	63
4.2.	Iluminismo	64
4.3.	Revolução Gloriosa.....	66
4.3.1.	<i>Petition of Rights</i> de 1628.....	67
4.3.2.	<i>Habeas Corpus Act</i> de 1679.....	67
4.3.3.	<i>Bill of Rights</i> de 1689.....	68
4.4.	Independência Americana.....	69
4.4.1.	Declaração de Direitos da Virgínia de 1776.....	70
4.4.2.	Constituição dos Estados Unidos da América	71
5.	Idade contemporânea.....	72
5.1.	Revolução Francesa.....	72
5.1.1.	Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.....	73
5.1.2.	Projeto de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791.....	74
5.2.	Revolução Industrial e Estado Liberal	74
5.3.	Movimentos Socialistas	75
5.4.	Reconhecimento de Direitos Econômicos e Sociais	76
5.4.1.	Constituição Mexicana de 1917	76
5.4.2.	Constituição Alemã de 1919.....	77
6.	Internacionalização da Proteção de Direitos	78
6.1.	Direito Humanitário	78
6.2.	Movimentos Contra a Escravidão	79
6.3.	Liga das Nações Unidas	80
6.4.	Organização Internacional do Trabalho.....	81
7.	Proteção Internacional dos Direitos Humanos.....	81
7.1.	Organização das Nações Unidas	84
7.2.	Tribunal de Nuremberg.....	85

7.3.	Proteção Regional de Direitos Humanos	85
7.4.	Direitos humanos durante a Guerra Fria.....	86
7.5.	Conferência Mundial de Direitos Humanos.....	86
7.6.	Declaração do Milênio das Nações Unidas	87
7.6.1.	Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável.....	88
7.7.	Guerra Contra o Terrorismo	89
8.	Sistematização dos principais documentos de direitos humanos.....	91
9.	Resumo do Capítulo.....	93

CAPÍTULO III

FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DOS DIREITOS HUMANOS E TEORIAS CRÍTICAS..... 99

1.	Introdução	99
2.	Construção teórica do conceito de ser humano.....	99
2.1.	Primeira Fase: a lei escrita e não escrita.....	100
2.2.	Segunda Fase: contribuição de Boécio.....	101
2.3.	Terceira Fase: filosofia kantiana.....	101
2.4.	Quarta Fase: liberdade e valores.....	102
2.5.	Quinta Fase: existencialismo.....	103
3.	Fundamentos Filosóficos dos Direitos Humanos.....	103
3.1.	Jusnaturalismo.....	104
3.2.	Positivismo Jurídico.....	105
3.3.	Fundamento Negacionista.....	106
3.4.	Dignidade da Pessoa Humana.....	107
4.	Teorias Críticas dos Direitos Humanos.....	108
4.1.	Hermenêutica da Suspeita	109
4.2.	Crítica Marxista.....	111
4.3.	Crítica Biopolítica	112
4.4.	Crítica Descolonial	114
5.	Resumo do capítulo.....	115

CAPÍTULO IV

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS..... 119

1.	Definição, titularidade e abrangência dos direitos humanos.....	119
2.	Classificações possíveis aos direitos humanos	120
2.1.	Teoria do <i>status</i> de Jellinek	120

2.2.	Classificação pelas funções	122
2.3.	Teoria das gerações dos direitos humanos	122
2.4.	Direitos civis e políticos vs. direitos econômicos, sociais e culturais	124
3.	Características dos direitos humanos.....	126
3.1.	Historicidade.....	126
3.2.	Universalidade	127
3.2.1.	Universalidade vs. Relativismo Cultural	128
3.2.2.	Multiculturalismo e Hermenêutica Diatópica	129
3.2.3.	Universalismo de Confluência.....	130
3.3.	Inalienabilidade, Irrenunciabilidade e Imprescritibilidade	131
3.4.	Indivisibilidade e Interdependência.....	131
3.5.	Essencialidade.....	132
3.6.	Complementaridade	132
3.7.	Relatividade.....	133
4.	Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos	133
5.	Interpretação dos direitos humanos.....	134
5.1.	Interpretação conforme os Direitos Humanos.....	134
5.2.	Princípio da Interpretação Pro Homine	135
5.3.	Princípio da Primazia da Norma Mais Favorável.....	135
5.4.	Princípio da Máxima Efetividade	135
5.5.	Princípio da Interpretação Autônoma	135
5.6.	Princípio da Interpretação Evolutiva	136
5.7.	Teoria da Margem de Apreciação.....	136
5.8.	Vedação à Interpretação Deturpada.....	136
6.	Principais intérpretes das normas de direitos humanos.....	137
7.	A resolução de conflitos entre direitos humanos	137
7.1.	Teoria Interna	138
7.2.	Teoria Externa.....	138
7.3.	Princípio da Proporcionalidade	139
8.	Restrições e derrogações aos direitos humanos.....	139
8.1.	Restrições Legais: Reserva Legal Simples e Qualificada	140
8.2.	Derrogação de Direitos Humanos.....	140
9.	O Brasil e a tutela constitucional dos direitos humanos.....	141
9.1.	Trajetória Constitucional Brasileira.....	141
9.2.	Constituição da República de 1988.....	143

9.2.1.	Princípios fundamentais.....	144
9.2.2.	Expansão dos direitos humanos.....	145
10.	Incorporação de tratados e convenções internacionais.....	146
10.1.	Relação entre Direito Internacional e Interno.....	146
10.1.1.	Dualismo.....	147
10.1.2.	Monismo.....	148
10.1.3.	Monismo internacionalista dialógico.....	149
10.2.	Etapas para Incorporação de Tratados Internacionais.....	150
10.2.1.	Negociações preliminares e assinatura	150
10.2.2.	Aprovação parlamentar	151
10.2.3.	Ratificação e depósito.....	151
10.2.4.	Promulgação e Publicação	152
10.3.	Status Normativo dos Tratados Incorporados ao Ordenamento	152
10.3.1.	Paridade normativa	153
10.3.2.	Equivalência à emenda constitucional.....	153
10.3.3.	Supralegalidade em direitos humanos.....	154
10.3.4.	Outras hipóteses de supralegalidade.....	155
10.4.	Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	156
10.4.1.	Tese da natureza constitucional.....	157
10.4.2.	Aplicabilidade imediata	159
10.4.3.	Regime Objetivo dos Tratados de Direitos Humanos.....	159
10.4.4.	Denúncia de Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	160
11.	Incidente de deslocamento de competência	162
11.1.	Noções Gerais	162
11.2.	Requisitos.....	164
11.3.	Precedentes	165
12.	Controle de convencionalidade.....	169
12.1.	Controle de Convencionalidade Interno.....	169
12.1.1.	Controle de convencionalidade concentrado.....	170
12.1.2.	Controle de convencionalidade difuso	171
12.2.	Controle de Convencionalidade Internacional.....	171
12.2.1.	Controle de convencionalidade compulsório	171
12.3.	Teoria do Duplo Controle.....	172
12.3.1.	Lei de anistia	173
12.4.	Controle de Convencionalidade na Corte Interamericana	174
12.4.1.	Controle de convencionalidade.....	174

12.4.2. Aferição de convencionalidade.....	176
13. Resumo do capítulo.....	178

CAPÍTULO V

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS..... 189

1. Introdução.....	189
1.1. Antecedentes Históricos.....	190
1.2. Fases do Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	190
2. Vertentes da proteção internacional de direitos humanos.....	191
2.1. Direito Internacional Humanitário.....	192
2.1.1. Direito de Genebra.....	193
2.1.2. Direito de Haia.....	193
2.1.3. Direito de Nova Iorque.....	194
2.2. Direito Internacional dos Refugiados.....	195
2.3. Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	196
3. Estrutura dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos.....	196
3.1. Sistema Global e Sistemas Regionais.....	196
3.2. Coexistência Entre os Sistemas.....	197
3.3. Subsidiariedade dos Sistemas Internacionais.....	198
4. Mecanismos de proteção aos direitos humanos.....	199
4.1. Mecanismo Unilateral.....	199
4.2. Mecanismo Coletivo.....	200
4.3. Mecanismos Convencionais.....	200
4.3.1. Mecanismo convencional não contencioso.....	201
4.3.2. Mecanismo convencional quase judicial.....	201
4.3.3. Mecanismo convencional judicial.....	201
4.4. Mecanismos Não Convencionais.....	202
5. Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais.....	203
5.1. Órgãos Fiscalizatórios.....	203
5.1.1. Órgão político.....	203
5.1.2. Órgão quase judicial.....	203
5.1.3. Órgão judicial.....	203
5.2. Mecanismos de Fiscalização.....	203
5.2.1. Relatórios.....	204
5.2.2. Comunicações interestatais.....	204

5.2.3.	Petições individuais	204
5.2.4.	Investigações	205
6.	Capacidade internacional dos indivíduos	205
6.1.	Capacidade Ativa.....	206
6.2.	Capacidade Passiva	207
7.	Tribunais internacionais contemporâneos.....	208
7.1.	Corte Internacional de Justiça	208
7.2.	Tribunais Internacionais de Direitos Humanos	209
7.3.	Tribunais Penais Internacionais	210
8.	Direito internacional penal.....	210
8.1.	Responsabilidade Internacional do Indivíduo	211
8.2.	Precedentes Históricos do TPI.....	212
8.2.1.	Tribunal de Nuremberg	212
8.2.2.	Tribunal da ex-Iugoslávia e Ruanda.....	213
8.3.	O Tribunal Penal Internacional.....	214
8.3.1.	Características.....	215
8.3.2.	Crimes de <i>jus cogens</i>	216
8.4.	Proteção penal de direitos humanos	217
8.4.1.	Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos humanos	217
8.4.2.	Mandados internacionais de criminalização.....	218
8.4.3.	Tribunais penais internacionais de quarta geração.....	219
8.4.4.	<i>Responsibility to protect</i> – R2P.....	220
9.	Responsabilidade internacional do estado e direitos humanos.....	221
9.1.	Natureza Jurídica.....	221
9.2.	Elementos da responsabilidade internacional	222
9.2.1.	Fato internacionalmente ilícito.....	222
9.2.2.	Resultado lesivo	223
9.2.3.	Nexo causal.....	223
9.3.	Medidas Reparatórias.....	224
9.3.1.	Restituição na íntegra	224
9.3.2.	Cessação do ilícito.....	225
9.3.3.	Satisfação.....	225
9.3.4.	Compensação	225
9.3.5.	Garantias de não repetição	225
9.4.	Sanções Internacionais por Violações de Direitos Humanos.....	226

9.4.1.	Sanções unilaterais.....	226
9.4.2.	Sanções coletivas.....	226
10.	Implementação das decisões internacionais.....	226
10.1.	Obrigatoriedade das Decisões.....	227
10.1.1.	Recomendação.....	227
10.1.2.	Decisão quase judicial.....	227
10.1.3.	Decisão judicial.....	228
10.2.	Execução de Sentenças Internacionais.....	228
10.2.1.	(Des)Necessidade de homologação pelo STJ.....	229
10.3.	Compliance da Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.....	230
11.	Pandemia de covid-19 e o direito internacional dos direitos humanos.....	231
11.1.	Emergência de Saúde Pública Internacional e Pandemia do Covid-19.....	231
11.2.	Problemas e Desafios de Direitos Humanos e Covid-19 no âmbito das Obrigações Internacionais dos Estados.....	233
11.3.	Pandemia e Direitos Humanos nas Américas.....	234
11.3.1.	Obrigações internacionais dos Estados.....	235
11.3.2.	Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.....	236
11.3.3.	Estado de exceção, restrições às liberdades fundamentais e Estado de Direito.....	237
11.3.4.	Grupos em situação especial de vulnerabilidade.....	238
11.4.	Direitos Humanos das Pessoas com Covid-19.....	238
11.5.	Vacinação contra Covid-19 no marco das obrigações interamericanas de direitos humanos.....	241
12.	Resumo do capítulo.....	243

CAPÍTULO VI

SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS..... 255

1.	Aspectos gerais do sistema universal.....	255
2.	Organização das Nações Unidas.....	258
2.1.	Carta das Nações Unidas.....	258
2.2.	Estrutura.....	260
2.2.1.	Assembleia Geral.....	260
2.2.2.	Conselho de Segurança.....	261
2.2.3.	Conselho Econômico e Social.....	262
2.2.4.	Conselho de Tutela.....	263
2.2.5.	Corte Internacional de Justiça.....	263

2.2.6.	Secretariado.....	263
2.3.	Sistema Convencional.....	264
2.4.	Sistema Não Convencional.....	265
2.4.1.	Conselho de Direitos Humanos.....	265
2.4.1.1.	Procedimentos Especiais.....	267
2.4.1.2.	Procedimento de Queixa.....	268
2.4.1.3.	Revisão Periódica Universal.....	268
2.4.2.	Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.....	270
3.	Declaração universal dos direitos humanos.....	270
4.	Pactos internacionais de direitos humanos de 1966.....	276
4.1.	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	277
4.1.1.	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	282
4.1.2.	Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	282
4.1.3.	Comitê de Direitos Humanos.....	283
4.1.3.1.	Estrutura e Composição.....	283
4.1.3.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	284
4.2.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	286
4.2.1.	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	290
4.2.2.	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	291
4.2.2.1.	Estrutura e Composição.....	291
4.2.2.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	292
5.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.....	296
5.1.	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.....	297
5.1.1.	Estrutura e Composição.....	297
6.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.....	300
6.1.	Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	302
6.2.	Comitê Sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher.....	302
6.2.1.	Estrutura e Composição.....	302
6.2.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	303
7.	Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes.....	305
7.1.	Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.....	306

7.2.	Comitê Contra a Tortura	307
7.2.1.	Estrutura e Composição	307
7.2.2.	Mecanismos de Monitoramento	308
7.2.3.	Subcomitê de Prevenção.....	310
8.	Convenção sobre os direitos da criança.....	311
8.1.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados	313
8.2.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil	315
8.3.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Relativo aos Procedimentos de Comunicação	316
8.4.	Comitê para os direitos da criança	317
8.4.1.	Estrutura e Composição	317
8.4.2.	Mecanismos de Monitoramento	318
9.	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.....	321
9.1.	Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência	323
9.2.	Comitê Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	324
9.2.1.	Estrutura e Composição	324
9.2.2.	Mecanismos de Monitoramento	325
10.	Tratado de Marraqueche	326
11.	Corte internacional de justiça	328
11.1.	Estrutura e Composição	328
11.2.	Competência	329
11.3.	Processo e julgamento	330
11.4.	A Corte e a Proteção de Direitos Humanos	331
12.	Conselho de segurança e a proteção de direitos humanos	332
12.1.	Cumprimento das Sanções pelo Brasil (Lei nº 13.810/19).....	334
13.	Resumo do capítulo.....	335

CAPÍTULO VII

SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS... 349

1.	Aspectos gerais do sistema regional interamericano	349
2.	Organização dos estados americanos (oea)	351
2.1.	Carta da Organização dos Estados Americanos.....	351
2.2.	Estrutura	353

2.2.1.	Assembleia Geral.....	353
2.2.2.	Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores	354
2.2.3.	Conselhos	354
2.2.4.	Comissão Jurídica Interamericana.....	354
2.2.5.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	354
2.2.6.	Secretaria-Geral	355
2.2.7.	Conferências e Organismos Especializados.....	355
2.3.	Sistemas Convencional e Não Convencional.....	355
2.3.1.	Subsistema da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	356
2.3.2.	Subsistema da Organização dos Estados Americanos (OEA).....	356
2.3.2.1.	Mecanismo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	357
2.3.2.2.	Mecanismo da Carta Democrática Interamericana.....	358
3.	Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	359
4.	Convenção americana sobre direitos humanos.....	360
4.1.	Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – “Protocolo de São Salvador”... ..	377
4.2.	Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Relativo à Abolição da Pena de Morte.....	381
4.3.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	382
4.3.1.	Histórico.....	382
4.3.2.	Natureza dúplice.....	383
4.3.3.	Organização.....	383
4.3.4.	Funções	384
4.3.4.1.	Sessões da Comissão	385
4.3.4.2.	Relatorias e grupos de trabalho.....	386
4.3.5.	Provocação.....	386
4.3.5.1.	Petições individuais.....	387
4.3.5.2.	Comunicações interestatais.....	388
4.3.5.3.	Investigações <i>motu proprio</i>	389
4.3.6.	Processo perante a Comissão.....	389
4.3.6.1.	Legitimidade.....	389
4.3.6.2.	Condições de admissibilidade	390
4.3.6.3.	Procedimento de admissibilidade.....	392
4.3.6.4.	Procedimento sobre o mérito.....	393
4.3.6.5.	Primeiro informe	394

4.3.6.6.	Segundo informe	394
4.3.6.7.	Acompanhamento	395
4.3.7.	Medidas Cautelares	395
4.3.8.	Observações <i>in loco</i>	396
4.3.9.	Relatórios da Comissão.....	396
4.4.	Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	397
4.4.1.	Histórico.....	397
4.4.2.	Organização.....	397
4.4.2.1.	Juiz <i>ad hoc</i>	398
4.4.3.	Funções.....	399
4.4.3.1.	Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória.....	399
4.4.3.2.	Funcionamento da Corte.....	400
4.4.3.3.	Provocação	400
4.4.4.	Jurisdição da Corte	400
4.4.4.1.	Jurisdição consultiva	401
4.4.4.2.	Jurisdição contenciosa.....	402
4.4.5.	Processo perante a Corte	403
4.4.5.1.	Legitimidade.....	403
4.4.5.2.	Defensor interamericano.....	404
4.4.5.3.	Petição inicial.....	404
4.4.5.4.	Contestação do Estado.....	404
4.4.5.5.	Exceções preliminares	405
4.4.5.6.	<i>Amicus curiae</i>	405
4.4.5.7.	Procedimento oral e procedimento final escrito.....	406
4.4.5.8.	Desistência, reconhecimento e solução amistosa.....	406
4.4.5.9.	Sentença.....	407
4.4.6.	Medidas Provisórias	407
4.4.7.	A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	408
4.4.7.1.	Pedido de interpretação	409
4.4.7.2.	Supervisão de cumprimento.....	409
4.4.7.3.	Exigibilidade interna e execução	409
5.	Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura	410
6.	Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher	411
7.	Convenção Interamericana sobre o desaparecimento forçado de pessoas.....	412
8.	Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência.....	413
9.	Convenção Interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas correlatas de intolerância.....	413
10.	Resumo do capítulo.....	415

CAPÍTULO VIII**OUTROS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO..... 423**

1. Introdução..... 423
2. Sistema regional europeu de direitos humanos..... 423
 - 2.1. Convenção Europeia de Direitos Humanos..... 423
3. Sistema regional africano de direitos humanos..... 426
 - 3.1. Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos..... 427
4. Resumo do capítulo..... 428

CAPÍTULO IX**JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAIS E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS..... 431**

1. Introdução 432
2. Sistema universal de proteção aos direitos humanos..... 432
 - 2.1. Corte Internacional de Justiça 432
 - 2.1.1. Caso LaGrand (Alemanha vs. Estados Unidos) 433
 - 2.1.2. Caso Hissène Habré (Bélgica vs. Senegal)..... 433
 - 2.2. Tribunal Penal Internacional 434
 - 2.2.1. Caso Procurador do TPI vs. Thomas Lubanga Dyilo..... 434
 - 2.3. Comitê de Direitos Humanos..... 434
 - 2.3.1. Caso Sonia Yaker vs. França..... 435
 - 2.3.2. Caso Andrei Strizhak vs. Belarus..... 436
 - 2.3.3. Caso Denatar Durdyev vs. Turcomenistão 437
 - 2.3.4. Caso Mohamed Rabbae e outros vs. Holanda 438
 - 2.3.5. Caso Lula vs. Brasil (medida cautelar)..... 439
 - 2.4. Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (Comitê CEDAW)..... 439
 - 2.4.1. Caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira vs. Brasil..... 440
3. Sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos 440
 - 3.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos..... 440
 - 3.1.1. Caso Lezmond C. Mitchell vs. Estados Unidos da América..... 441
 - 3.2. O Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos..... 442
 - 3.2.1. Caso José Pereira vs. Brasil 443
 - 3.2.2. Caso dos Meninos Emascarados do Maranhão vs. Brasil..... 443
 - 3.2.3. Caso Carandiru vs. Brasil..... 444
 - 3.2.4. Caso Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil..... 445

3.2.5.	Caso Simone André Diniz vs. Brasil	447
3.2.6.	Caso Margarida Maria Alves e familiares vs. Brasil.....	448
3.2.7.	Caso Márcio Lapoente da Silveira vs. Brasil	449
3.2.8.	Caso Fazenda Ubá vs. Brasil	449
3.3.	Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	450
3.3.1.	Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras.....	450
3.3.2.	Caso Loayza Tamayo vs. Peru.....	452
3.3.3.	Caso Blake vs. Guatemala	453
3.3.4.	Caso “Meninos de Rua” (Villagrán Morales e outros) vs. Guatemala	455
3.3.5.	Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala	456
3.3.6.	Caso “A Última Tentação de Cristo” (Olmedo Bustos e outros) vs. Chile.....	457
3.3.7.	Caso Barrios Altos vs. Peru.....	458
3.3.8.	Caso Tibi vs. Equador	459
3.3.9.	Caso Fermín Ramírez vs. Guatemala.....	460
3.3.10.	Caso Palamara Iribarne vs. Chile.....	461
3.3.11.	Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile.....	463
3.3.12.	Caso González e Outras (“Campo Algodonero”) vs. México	464
3.3.13.	Caso Barreto Leiva vs. Venezuela	465
3.3.14.	Caso Vélez Loor vs. Panamá	466
3.3.15.	Caso Atala Riffo e crianças vs. Chile	467
3.3.16.	Caso Furlán e familiares vs. Argentina.....	469
3.3.17.	Caso Mohamed vs. Argentina.....	470
3.3.18.	Caso Artavia Murillo e outros (“Fecundação in vitro”) vs. Costa Rica	471
3.3.19.	Caso Fontevecchia e outro vs. Argentina.....	472
3.3.20.	Caso Bayarri vs. Argentina	473
3.3.21.	Caso Ruano Torres vs. El Salvador.....	475
3.3.22.	Caso Cabrera Garcia e Montiel Flores vs. México.....	476
3.3.23.	Caso Família Pacheco Tineo vs. Bolívia.....	477
3.3.24.	Caso Lagos del Campo vs. Peru.....	479
3.3.25.	Caso Poblete Vilches e outros vs. Chile.....	481
3.3.26.	Caso Luis Fernando Guevara Díaz vs Costa Rica.....	483
3.4.	O Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos	484
3.4.1.	Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.....	485
3.4.2.	Caso Nogueira de Carvalho e outros vs. Brasil	487
3.4.3.	Caso Escher e outros vs. Brasil.....	488
3.4.4.	Caso Garibaldi vs. Brasil.....	489

3.4.5.	Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil	491
3.4.6.	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil	494
3.4.7.	Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.....	497
3.4.8.	Caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil	500
3.4.9.	Caso Herzog e outros vs. Brasil	502
3.4.10.	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil	504
3.4.11.	Caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil.....	507
3.4.12.	Caso Sales Pimenta vs. Brasil.....	510
3.4.13.	Medidas Provisórias proferidas em face do Brasil.....	511
3.4.13.1.	Caso da Penitenciária de Urso Branco.....	511
3.4.13.2.	Caso do Complexo do Tatuapé da FEBEM.....	512
3.4.13.3.	Caso da Penitenciária de Araraquara.....	512
3.4.13.4.	Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”).....	513
3.4.13.5.	Caso Unidade de Internação Socioeducativa.....	513
3.4.13.6.	Caso Complexo Penitenciário de Curado.....	514
3.4.13.7.	Caso Complexo Penitenciário de Pedrinhas.....	515
3.4.13.8.	Caso do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho	516
3.4.13.9.	Caso dos Membros dos Povos Indígenas Yanomami, Ye’Kwana e Munduruku	518
3.4.13.10.	Assunto da Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS) ..	518
3.4.13.11.	Assunto Pessoas Privadas de Liberdade na Penitenciária Evaristo de Moraes a respeito do Brasil	519
3.4.14.	Casos em curso em face do Brasil.....	519
3.4.14.1.	Caso Antonio Tavares Pereira vs. Brasil.....	520
3.4.14.2.	Caso José Airton Honorato e outros vs. Brasil	520
3.4.14.3.	Caso Neusa dos Santos Nascimento e outros vs. Brasil.....	521
3.4.14.4.	Caso Muniz da Silva vs. Brasil.....	522
3.4.14.5.	Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil.....	522
3.4.14.6.	Caso Leite de Souza e outros vs. Brasil	523
3.4.14.7.	Caso Collen Leite e outros vs. Brasil	523
3.4.14.8.	Caso Manoel Luiz da Silva e outros vs. Brasil.....	524
3.4.14.9.	Caso Hernández Norambuena vs. Brasil	524
3.5.	Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos	525
3.5.1.	OC-1/82. “Outros tratados” e objeto da função consultiva da Corte.....	525
3.5.2.	OC-2/82. Efeito sobre a entrada em vigência da Convenção.....	526
3.5.3.	OC-3/83. Restrições à pena de morte	526

3.5.4.	OC-4/84. Proposta de modificação da Constituição da Costa Rica relacionada com a naturalização	526
3.5.5.	OC-5/85. O registro obrigatório de jornalistas.....	527
3.5.6.	OC-6/86. A expressão “Leis” no artigo 30 da Convenção Americana.....	528
3.5.7.	OC-7/86. Exigibilidade do direito de retificação ou resposta.....	528
3.5.8.	OC-8/87. O <i>habeas corpus</i> sob a suspensão de garantias.....	529
3.5.9.	OC-9/87. Garantias judiciais no estágio de emergência	529
3.5.10.	OC-10/89. Interpretação da Declaração Americana de Direitos Humanos no marco do artigo 64 da Convenção Americana.....	530
3.5.11.	OC-11/90. Exceções ao esgotamento dos recursos internos	530
3.5.12.	OC-12/91. Compatibilidade de um projeto de lei com o artigo 8.2.h da Convenção Americana	531
3.5.13.	OC-13/93. Certas atribuições da CIDH.....	531
3.5.14.	OC-14/94. Responsabilidade internacional por expedição e aplicação de leis violadoras da Convenção	532
3.5.15.	OC-15/97. Relatórios da CIDH.....	532
3.5.16.	OC-16/99. O direito de informação sobre a assistência consular no marco das garantias do devido processo legal.....	533
3.5.17.	OC-17/02. Condição jurídica e direitos humanos das crianças.....	534
3.5.18.	OC-18/03. Condição jurídica e direitos dos migrantes sem documentação	535
3.5.19.	OC-19/05. Controle de legalidade e exercício das atribuições da CIDH...	537
3.5.20.	OC-20/09. Artigo 55 da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	537
3.5.21.	OC-21/14. Direitos e garantias das crianças no contexto de migração e necessidade de proteção internacional.....	538
3.5.22.	OC-22/16. Titularidade de direitos das pessoas jurídicas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	540
3.5.23.	OC-23/17. Meio ambiente e direitos humanos.....	541
3.5.24.	OC-24/17. Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. Obrigações estatais em relação à mudança do nome, da identidade de gênero e dos direitos derivado de um vínculo entre casais do mesmo sexo	542
3.5.25.	OC-25/18. O instituto do asilo e seu reconhecimento como direito humano no Sistema Interamericano de Proteção	544
3.5.26.	OC-26/2020. A denúncia da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Carta da OEA e seus efeitos sobre as obrigações estatais em matérias de direitos humanos	545
3.5.27.	OC-27/2021. Direito à liberdade sindical, negociação coletiva e greve, e sua relação com outros direitos, com a perspectiva de gênero.....	546

3.5.28.	OC-28/2021. A figura da reeleição presidencial indefinida em sistemas presidenciais no contexto do sistema interamericano de direitos humanos	548
3.5.29.	OC-29/2022. Enfoques diferenciados em matéria de pessoas privadas de liberdade	548
4.	Sistema regional africano de proteção aos direitos humanos.....	549
4.1.	Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos	549
4.1.1.	Caso Ally Rajabu e outros vs. República Unida da Tanzânia	549
4.1.2.	Caso Alfred Agbesi Woyome vs. República do Gana.....	550
5.	Sistema regional europeu de proteção aos direitos humanos.....	551
5.1.	Corte Europeia de Direitos Humanos	551
5.1.1.	Caso Fernandes de Oliveira vs. Portugal.....	551
5.1.2.	Caso Rooman vs. Bélgica	552
6.	Resumo do capítulo.....	553

CAPÍTULO X

A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL..... 563

1.	Introdução.....	563
2.	Política nacional de direitos humanos.....	563
2.1.	Primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1 e 2).....	564
2.2.	Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).....	564
2.3.	Programas Estaduais de Direitos Humanos.....	565
3.	Atividade da polícia na promoção e proteção aos direitos humanos.....	565
3.1.	Segurança pública e direitos humanos	565
3.2.	Resolução nº 43/173 da ONU.....	566
3.3.	Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei.....	567
3.4.	Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento dos presos.....	567
3.5.	A Polícia Judiciária e os direitos humanos	568
3.5.1.	Aferição de convencionalidade pelo delegado de polícia	569
4.	Ministério público e a promoção e proteção aos direitos humanos	570
4.1.	Estrutura constitucional do Ministério Público brasileiro.....	570
4.2.	Promoção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais	571
4.3.	A fiscalização externa da atividade policial	572
4.3.1.	Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007	573
4.4.	Ministério Público Estadual e a tutela dos direitos humanos	573
4.5.	Ministério Público Federal e a tutela dos direitos humanos.....	574

4.5.1.	Procuradoria Federal e Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão.....	574
5.	Defensoria pública e a promoção e proteção aos direitos humanos.....	575
5.1.	Estrutura constitucional da Defensoria Pública brasileira	575
5.2.	Acesso à justiça e as “100 regras de Brasília”.....	576
5.3.	Diretrizes da OEA para as Defensorias Públicas.....	578
5.3.1.	Resolução nº 2.656/2011 da OEA.....	578
5.3.2.	Resolução nº 2.887/2016 da OEA.....	578
5.4.	Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP).....	578
5.5.	Defensor Público Interamericano (DPI).....	579
5.5.1.	Formação do corpo de Defensores Públicos Interamericanos.....	579
5.5.2.	DPI na Corte Interamericana de Direitos Humanos	580
5.5.3.	DPI na Comissão Interamericana de Direitos Humanos	580
5.5.4.	Designação do DPI	581
5.6.	Representação perante o Sistema Interamericano de Proteção	581
5.6.1.	Legitimidade para representação	581
5.6.2.	Assistência jurídica internacional em direitos humanos	582
5.7.	Defensoria Pública Estadual e a tutela dos direitos humanos.....	583
5.8.	Defensoria Pública da União e a tutela dos direitos humanos.....	583
5.8.1.	Defensor Nacional e Defensores Regionais de Direitos Humanos.....	584
6.	A advocacia e a promoção e proteção aos direitos humanos.....	585
6.1.	Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB.....	585
6.2.	Princípios Básicos Relativos à Função dos Advogados.....	585
7.	O poder judiciário na promoção e proteção dos direitos humanos.....	586
7.1.	Ativismo judicial e direitos humanos.....	587
7.2.	Resolução nº 364/2021 do CNJ.....	587
7.3.	Resolução nº 425/2021 do CNJ	588
7.4.	Resolução nº 440/2022 do CNJ	589
7.5.	Resolução nº 487/2023 do CNJ	589
8.	Conselho de direitos humanos	590
9.	Comissão nacional da verdade.....	591
10.	Instituição nacional de direitos humanos e os princípios de Paris.....	593
11.	Resumo do capítulo.....	593

CAPÍTULO XI**DIREITOS HUMANOS EM ESPÉCIE..... 599**

1.	Introdução.....	599
2.	Direito à vida.....	600
2.1.	Aspectos gerais	600
2.2.	Discussões envolvendo o direito à vida	602
3.	Direito à liberdade.....	605
3.1.	Liberdade de manifestação do pensamento	605
3.2.	Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	605
3.3.	Liberdade de informação.....	605
3.4.	Liberdade de religião.....	606
3.5.	Liberdade de associação e de reunião.....	607
3.6.	Liberdade de trabalho.....	608
3.7.	Liberdade de locomoção e de residência.....	609
4.	Direito à igualdade	609
4.1.	Igualdade e universalidade de direitos	609
4.2.	Dimensões da igualdade	610
4.3.	Igualdade e ações afirmativas.....	610
5.	Princípio da legalidade e direito à segurança jurídica.....	610
6.	Direito à propriedade.....	612
6.1.	Função social	613
7.	Direito à propriedade intelectual.....	614
8.	Direito à privacidade	614
9.	Direito à educação e à cultura.....	616
10.	Direito à saúde	616
11.	Direito do consumidor.....	617
12.	Direito de acesso à justiça	617
12.1.	Conceito.....	617
12.2.	Assistência jurídica integral e gratuita	618
12.3.	Defensoria Pública	618
13.	Juiz natural e promotor natural.....	618
14.	Direitos humanos no direito penal e processual penal.....	619
14.1.	Reserva legal e anterioridade penal.....	619
14.2.	Mandados de criminalização.....	619

14.3. Crimes com tratamento constitucional.....	619
14.4. Aplicação da pena.....	620
14.5. Presunção de Inocência.....	622
14.6. Identificação Criminal.....	623
14.7. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	624
15. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa.....	624
16. Provas ilícitas.....	625
17. Prisão civil.....	625
18. Garantias fundamentais.....	626
18.1. <i>Habeas corpus</i>	626
18.2. Mandado de segurança individual e coletivo.....	627
18.3. Mandado de injunção individual e coletivo.....	629
18.4. <i>Habeas data</i>	632
18.5. Ação popular.....	632
18.6. Direito de petição.....	633
18.7. Ação civil pública.....	634
19. Resumo do capítulo.....	634
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	639